

GÊNEROS E IDENTIDADES: ESTIGMA E PRECONCEITO NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Willian Silva Lung¹

Faculdade Estácio de Sá de Vitória (FESV), Vitória/ES- Brasil

Adriana Sartório Ricco²

Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba/PB- Brasil

RESUMO – Gêneros e identidades: estigma e preconceito na percepção de estudantes universitários. O trabalho tem como objetivo analisar a percepção e o comportamento de estudantes e professores universitários no que diz respeito ao tema identidade de gêneros, identificando o nível de tolerância e preconceito para a diversidade no ambiente acadêmico. Como procedimento metodológico, a pesquisa é do tipo descritivo e as técnicas de investigação utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental, seguida de levantamento. Como instrumento de coleta de dados foram utilizados entrevista semiestruturada direcionada a professores, e questionário aplicado a uma amostra de estudantes de uma instituição de ensino superior. Como resultados, constata-se que apesar de uma maior tolerância no meio acadêmico, o preconceito para com a diversidade de gênero continua existindo neste ambiente, em menor grau, é claro, se comparado a outros setores da sociedade. Além disso, vê-se que a grande maioria dos estudantes não sabe diferenciar pessoas cisgênero de transgênero, ou boa parte dos alunos fica em dúvida se pessoas transgênero podem ser heterossexuais. É possível afirmar então que, parte do preconceito vem de pessoas que têm pouco embasamento sobre o assunto, gerando desinformação e por isso sendo guiadas pelo senso comum e doutrinas religiosas.

Palavras-Chave: Identidade de gêneros. Estigma. Preconceito.

ABSTRACT – Genres and identities: stigma and prejudice in the perception of university students. The research project has as intention to analyze the perception and behavior of students and teachers in academic level of studies with focus in gender identity, trying to comprehend the level of tolerance and how this prejudice the diversity in the academic environment and stuff. The research is descriptive and used bibliographical, documentary research and lifting of information like methodological process. As data collection instrument was used semi-structured interview aimed at teachers and survey applied to a sample of undergraduates. As a result of we can see that despite academic world's greater tolerance, the gender diversity preconception and misinformation continues to exist in this environment to, of course a lower scale, compared to other society's sector. In addition, we identified that the vast majority of students do not understand cisgender or transgender identities or most of the students had questions about transgender people having maybe as heterosexual identity. We can determine that the prejudice's part comes from people who did not have theoretical background, so being guided by common sense and religious doctrines causing misinformation.

Key-Words: Gender Identity. Stigma. Prejudice.

¹ Graduando do curso de Jornalismo da Faculdade Estácio Vitória (ES). E-mail: wlung@outlook.com

² Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (SP) e professora da Faculdade Estácio Vitória (ES). E-mail: adrianasartorio@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a ONG Transgender Europe, o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo. Segundo pesquisa de 2015, da organização europeia que apoia os direitos da população transgênero, entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país³. A identidade de gênero de uma pessoa pode ser fator decisivo na sua vida.

O gênero de uma pessoa é a identidade do que é considerado masculino ou feminino, ao passo que orientação sexual é o tipo de atração que um ser humano pode sentir, seja por pessoas do sexo oposto, pelo mesmo sexo, ambos os sexos, ou até mesmo nenhum. É claro que a discussão de gênero vai muito além disso, como é o caso de indivíduos transgênero, que necessariamente não são homossexuais. “Tal qual as demais pessoas, uma pessoa trans pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivossexualmente [...]” (JESUS, 2012 p.11).

O estigma, nos estudos da sociologia, tem um conceito relacionado com as características particulares de um grupo. Essas características seguem o oposto das normais culturais tradicionais de uma sociedade. Para Goffman (2004), estigma é uma relação entre atributo e estereótipo, e tem sua origem ligada à construção social dos significados através da interação. Tudo o que não é considerado um padrão cultural social é tido como um estigma para aquela determinada sociedade.

O Brasil é um país de cultura machista e homofóbica. Pessoas que se identificam com gênero e orientação sexual contrária ao considerado “comum”, estão fadadas à intolerância na nossa sociedade. Parte dessa intolerância se deve ao fato das pessoas terem pouco contato ou desconhecer sobre o assunto.

É por isso que se faz importante a discussão de gênero em sala de aula, desde a infância até o ensino superior. É nítido que estudantes, inclusive universitários,

³ Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. Acesso em 31 mar. 2016.

sabem pouco ou quase nada sobre o assunto. Muitos professores percebem isso ao trabalhar o tema em salas de aula de diversas disciplinas e cursos.

Esse trabalho se faz importante principalmente na discussão sobre sexualidade, gênero e orientação sexual. É importante para a sociedade, saber como futuros formadores de opinião pensam em relação à questão, e saber também sobre o preconceito que esse grupo de pessoas sofre no espaço acadêmico.

A sociedade moderna passa por uma mudança sociocultural, onde pessoas LGBTQs ganham cada vez mais visibilidade. Essa visibilidade traz discussões sobre a identidade de gênero. Temas como a cirurgia de redesignação sexual, por exemplo, caem sobre a população, muitas vezes sem informações corretas. A justificativa para a escolha da temática se dá pelo fato do pouco conhecimento sobre o tema identidade de gênero e do alto índice de violência que alguns grupos marginalizados sofrem na sociedade moderna.

Diante do exposto, este trabalho apresenta como problema de pesquisa: Qual a percepção de estudantes universitários e de professores à respeito da convivência entre diferentes identidades de gêneros no ambiente acadêmico? E como objetivo geral, se propôs a: analisar a percepção e o comportamento de estudantes e professores universitários no que diz respeito ao tema identidade de gêneros, identificando o nível de tolerância e preconceito para a diversidade no ambiente acadêmico.

Especificamente, buscou-se conceituar as diferentes identidades de gênero; realizar enquete com estudantes de uma instituição de nível superior a fim de apurar o comportamento dos mesmos, em sala de aula, sobre temas envolvendo a identidade de gênero; realizar entrevistas com professores de uma instituição de nível superior a fim de descobrir a profundidade de discussão sobre o tema em sala de aula, e o nível de tolerância e preconceito sobre o assunto.

Como procedimento metodológico, a pesquisa quanto aos objetivos é do tipo descritiva, que procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua

natureza, características, relações e conexões com outros fenômenos (BARROS; LEHFELD, 2007). Tem por finalidade observar, gravar e analisar fenômenos.

A técnica de investigação utilizada neste estudo é a pesquisa bibliográfica e documental, seguida de levantamento. A primeira baseia-se em obras de autores para conceituar um determinado assunto. É obtida em bibliotecas ou bases de dados. Já a pesquisa documental utiliza todos os tipos de documentos, encontrados em arquivos públicos, revistas, jornais, entrevistas e etc.

A terceira técnica de pesquisa é o levantamento de campo, ou *survey* e pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinados grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (PINSONNEAULT; KRAEMER, 1993).

Quanto à abordagem, a pesquisa é quali-quantitativa, que faz utilização de instrumento de coleta de dados estruturado, contendo escalas de avaliação de atitudes e estatística descritiva para análise dos dados e entrevistas estruturadas. “A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]” (RICHARDSON, et al, 1999, p. 90).

Com relação ao local de coleta, a pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior em Vitória (ES). Os sujeitos que participaram dessa pesquisa foram alunos e professores de diferentes cursos. Para a realização da coleta de dados que auxiliam a presente pesquisa, foram utilizados como instrumentos um questionário para alunos e a entrevista do tipo semiestruturada para professores.

As respostas dos questionários foram analisadas e agrupadas em tabelas e dados. Os dados das entrevistas foram transcritos e analisados no contexto do discurso dos professores. Na fase final de interpretação foi feito um cruzamento dos dados do questionário com as entrevistas, para compreender o nível de tolerância e preconceito existente em ambiente acadêmico sobre a temática.

O trabalho contribui com um levantamento do comportamento de uma parcela da sociedade - representada por um grupo de estudantes universitários - em relação ao tema proposto, visando analisar a existência de tolerância e/ou preconceito e as saídas para redução do estigma social sobre o tema na atual sociedade brasileira.

2 GÊNEROS E IDENTIDADES

Ao nascer, uma pessoa é identificada pelo seu gênero biológico, o médico faz o parto e diz se a criança é menina ou menino. A sociedade já se acostumou a classificar o gênero de uma pessoa em feminino ou masculino, ou seja, segundo a sociedade há duas classificações possíveis de gênero ao nascer: ou você nasce homem ou nasce mulher. Mas será que essa classificação deve ser a única aceita atualmente?

Em diferentes culturas, o gênero de um indivíduo pode ter várias interpretações, existindo também o “papel de gênero”, termo que exemplifica as incumbências impostas pela sociedade ao sexo biológico, macho e fêmea. Estes papéis de gênero também são muito diferentes e variam de uma cultura para outra. Hoebel e Frost (2006, p. 22) dizem que:

Todas as culturas diferem em seus postulados básicos em alguns pontos. Cada uma tem características gerais em comum com todas as outras, mas nas suas especificações, cada cultura é diferente de outra sob alguns aspectos. Algumas são muito diferentes. “A humanidade é uma. As civilizações, muitas”, costuma dizer o grande antropólogo Frans Boas [...].

A antropóloga americana Margaret Mead, relatou em sua obra, sobre os papéis de gênero de diferentes culturas. Mead estudou três tribos em uma ilha na Nova Guiné, na década de 1930, e percebeu que aspectos masculinos e femininos não são baseados em diferenças sexuais, mas refletem condicionalmente de acordo com a cultura e costumes de diferentes sociedades.

Segundo Mead (2000, p.22):

Este estudo não se ocupa da existência ou não de diferenças reais e universais entre os sexos, sejam qualitativas ou quantitativas. Não trata de saber se a mulher é mais instável do que o homem, como se pretendeu

antes que a doutrinação evolução exaltasse a variabilidade, ou menos instável, como se afirmou depois. Não é um tratado sobre os direitos da mulher, nem uma pesquisa das bases do feminismo. É, muito simplesmente, um relato de como três sociedades primitivas agruparam suas atitudes sociais em relação ao temperamento em torno dos fatos realmente evidentes das diferenças sexuais [...].

Autores como Louro (2011) defendem que o gênero é uma construção social que permite que um ser humano exerça um papel na sociedade. Essa mesma sociedade constrói papéis que definem o gênero em masculino e feminino, excluindo outros aspectos da discussão de gênero. De modo simples, diz-se que o sexo é dado pela natureza, ou seja, nascemos com o sexo masculino ou feminino (ou os dois, nos casos de intersexuais).

Já o termo identidade de gênero nasceu para explicar o modo que uma pessoa se enxerga dentro da sociedade. Segundo Wyllys (2014, p. 24), “o sexo pode ou não coincidir com a identidade de gênero. Por exemplo, uma pessoa do sexo masculino pode ter uma identidade masculina. Mas acontece também de uma pessoa assumir um gênero diferente do seu sexo – caso dos transexuais”.

Na classificação imposta pela natureza, onde o indivíduo é declarado com sexo masculino ou feminino. A identidade de gênero pode ser de pertencimento, no caso de cisgênero, ou uma não identificação com nenhum dos dois gêneros, caso de pessoas que fogem do sistema binário homem/mulher. “Mas nem toda pessoa que não se reconhece como cisgênero, é trans, já que existem nuances e variações de pertencimento. É o caso da ‘queer’⁴” (LOUREIRO E VIEIRA, 2015, p. 48).

Allegretti explica que a teoria queer surgiu com os estudos de Sam Bourcier. Segundo Bourcier, o modelo binário (dois sexos, dois gêneros) acabou.

[...] a teoria sustenta que a sexualidade é fluida e que as preferências nessa área podem mudar ao longo da vida. Um indivíduo do sexo masculino, por exemplo, pode passar boa parte da existência sentindo-se atraído por outros indivíduos do sexo masculino e mais tarde mudar de ideia – o que

⁴ Queer: “[...] passou a ser um termo de afirmação política de todos os “dissidentes” – isto é, aqueles que não se encaixam na categoria heterossexual e cisgênero” (LOUREIRO E VIEIRA, 2015, p. 47).

não necessariamente quer dizer que começará a gostar de mulheres (ALLEGRETTI, 2016, p.66).

Diante da sociedade acostumada com pessoas cisgênero, pessoas transexuais estão pré-condicionadas à marginalidade e exclusão. Não é incomum presenciar travestis nas ruas se prostituindo, além é claro, de assassinatos e violência contra esse grupo de pessoas.

Segundo Jesus (2012, p.11):

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” [...].

Transexuais e cissexuais não se diferem quanto à orientação sexual. Isso significa que uma pessoa trans pode ser heterossexual, homossexual, bissexual, ou até mesmo assexuada. Isso vai variar de acordo com o gênero adotado e o gênero pelo qual um indivíduo transexual se sente atraído. Isso significa que, apesar desse grupo estar ligado ao grupo de luta LGBT, nem todas as pessoas trans são consideradas homossexuais, como explica as autoras do texto “Gênero, tudo que você sabe está errado”:

O gênero é a identidade do que é considerado feminino ou masculino, que não é universal e pode variar ao longo do tempo. Já orientação sexual diz respeito ao tipo de atração, que pode ser por pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto, os dois ou nenhum. Ou seja, uma pessoa transexual não é necessariamente homossexual (LOUREIRO E VIEIRA, 2014, p. 46).

Dentro de toda essa denominação na identidade de gênero, existem pessoas consideradas travestis, que são indivíduos que se vestem e querem ser tratadas como mulher, no entanto esse grupo não se identifica nos gêneros masculino ou feminino, mas sim num terceiro gênero.

No caso de intersexuais, é importante esclarecer que a intersexualidade não é uma doença, e esse grupo de pessoas luta diariamente para evitar o estigma da classificação. Intersexual é “pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (...), coexistência de tecidos testiculares e de ovários” (JESUS, 2012, p. 25).

Dentro da discussão de gênero há também o termo gênero neutro, que serve para designar uma pessoa, sem usar os gêneros já conhecidos (masculino/feminino). Basicamente usam-se, no Brasil, as letras “x” e “e” para substituir as letras “o” e “a”, respectivamente usadas para vocábulos masculino e feminino.

Em mensagens trocadas nas redes sociais, jovens e adolescentes usam a letra (x), assim como o "e", para suprimir a identificação masculina ou feminina em palavras como "amigx" ou "queridx" - na versão com "e", mais pronunciável, "amigue" ou "queride". É o chamado gênero neutro, utilizado basicamente em duas situações: a pedido, quando o outro diz que quer ser tratado assim, ou por iniciativa de quem escreve - e prefere não cravar se o destinatário é homem, mulher, e assim por diante (ALLEGRETTI, 2016, p. 64).

O gênero de uma pessoa não pode ser definido essencialmente como masculino ou feminino. Pode - se perceber que a concepção do que é gênero e os papéis representados em uma sociedade, são mutáveis de acordo com a cultura, momento histórico e outros aspectos em que o ser humano está inserido.

3 ESTIGMA, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Uma sociedade tão multicultural como a brasileira deveria ser mais tolerante. Infelizmente não é isso o que se vê. Pessoas transgênero e pessoas cisgênero com orientações sexuais diferentes da maioria da população – nesse caso, homossexuais e bissexuais – sofrem todos os dias com o estigma social presente na cultura brasileira.

Há uma segregação histórica em nossa sociedade. A exclusão social causada pela negatividade atribuída pela condição da diferença (de cor, raça, sexo, classe, etc.), marcou a sociedade brasileira durante séculos, o que resultou, segundo Lima (apud BANDEIRA e BATISTA, 2002, p.121),

numa sociedade hierarquizada, em que diferentes segmentos não têm acesso a deveres e direitos e, também, regem suas relações por diferentes 'códigos de honra'. No entanto, como somos uma República, tais diferenças se tornam objeto de estigma, não sendo capazes de despertar sentimento de universal reconhecimento como legítimos códigos de conduta.

O estigma caracterizado contra esse grupo de pessoas é histórico. Dados do Governo Federal divulgados em janeiro de 2016, e publicados no Estadão, mostram que houve um aumento de 94% de denúncias de violência e discriminação contra LGBTs no Brasil, em 2015, ou seja, o dobro de casos em relação ao ano anterior. Um ponto a se destacar é que quase metade dos casos (47%) de discriminação foi causada em redes sociais. Ainda segundo reportagem do Estadão, o perfil das vítimas, em sua maioria, é de homens gays, negros e pardos, entre 18 e 30 anos de idade⁵.

Para explicar melhor o conceito de estigma, é preciso recorrer a Goffman, que em sua obra traz a seguinte explicação:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros (...). Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (2004, p. 6).

O preconceito pode ser um “câncer” presente nas relações sociais. É o mais ativo e principal agente na discriminação e violência. Pode-se objetivar o preconceito como o ato de pré-julgamento sobre algo ou alguém, sem conhecer profundamente sobre o assunto ou a pessoa em questão.

O desconhecimento sobre um tema pode resultar na discriminação, que é um resultado do preconceito e prejudica os sujeitos pertencentes a determinados grupos sociais, a partir da etnia, nacionalidade, religião e gênero, por exemplo, os quais passam a ser segregados, excluídos da sociedade.

Erving Goffman, ao falar de estigma como uma forma de preconceito, traz a definição de duas perspectivas. Uma onde o indivíduo estigmatizado já tem sua característica conhecida e outra onde o estigmatizado sofre por desconhecimento de suas características pelos presentes na sociedade. “No primeiro caso, está-se

⁵ Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,denucias-de-violencia-contra-lgbts-dobram,10000013736>>. Acesso em 11 abr. 2016.

lidando com a condição do desacreditado, no segundo com a do desacreditável. Esta é uma diferença importante [...]” (GOFFMAN, 2004, p. 7).

O indivíduo passa por todo estigma imposto pela cultura social em que está inserido. Goffman (2004, p. 11) afirma que “é uma questão do que é com frequência, embora vagamente, chamado de "aceitação””.

Bauman (1999) traz em sua obra, um conceito de estigma e de ambivalência. O autor retrata a ambivalência como a “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar” (p.7).

O comportamento da sociedade sobre a identidade que uma pessoa assume para o seu gênero, é no mínimo questionável, uma vez que o indivíduo pode sofrer estigma. O deputado federal e escritor Jean Wyllys (2014, p. 23) deixa isso claro em seu livro:

A cultura e a sociedade não só “normalizam” meninas e meninos, atribuindo papéis de gênero para cada um, mas, sobretudo, lhes ensinam a “normalizar” seus filhos, sobrinhos e alunos, quando os tiverem. Somos condicionados a representar esses papéis, por mais aviltantes que sejam, e a passá-los adiante, perpetuando assim o machismo e todas as suas consequências detestáveis.

O legado cultural deixado geração após geração faz com que as pessoas (adultas em sua maioria) tenham uma pré-concepção do assunto gênero. Isso traz consequências sociais, principalmente para crianças que estão em formação e não sabem diferenciar os papéis sociais determinados pela cultura em que vivem.

4 A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM SALA DE AULA

Há algum tempo a comunidade escolar lida com a discussão de gênero, mas essa barreira se mantém difícil de ser rompida, muito em parte pela comunidade religiosa, que impõe pressão sobre o Ministério da Educação (MEC), que inclusive voltou atrás, ano passado, e alterou uma portaria 12 dias após publicá-la. A mudança ocorreu sobre o texto do documento. A palavra gênero, citada 14 vezes,

desapareceu do novo documento apresentado, e o nome Comitê de Gênero foi trocado por Comitê de Combate à discriminação⁶.

Diante de toda especulação, fica clara a pergunta: Por que ensinar sobre gênero e sexualidade à nossas crianças e jovens? Louro (2011, p.64) traz uma boa explicação:

Diferentes sociedades e épocas atribuem significados distintos às posições de gênero, à masculinidade, à feminilidade e também às várias expressões da sexualidade. Vale notar, imediatamente que as várias formas de viver a sexualidade e o gênero não gozam do mesmo reconhecimento ou da mesma posição no contexto das sociedades – de qualquer sociedade. Para dizer de um modo muito rude, mas também muito concreto, alguns sujeitos parecem “valer mais” do que outro, parece que alguns “podem” mais do que outros. Os significados atribuídos aos gêneros e às sexualidades são atravessados ou marcados por relações de poder e usualmente implicam em hierarquias, subordinações, distinções. Implicada nessas classificações está uma noção muito utilizada na contemporaneidade – a noção de diferença.

Em relação à educação superior, Dinis traz um parâmetro de entendimento de motivos para trazer a discussão de gênero para a sala de aula.

[...] a universidade tem sido chamada à responsabilidade da discussão do tema da alteridade e da inclusão das minorias, o que implica discutir sua posição frente aos novos sujeitos escolares que reivindicam seu espaço no currículo escolar, a exemplo das minorias étnicas e raciais, dos indivíduos com necessidades educativas especiais, das minorias sexuais e de gênero e das inúmeras diferenças culturais e comportamentais que habitam o espaço escolar (2008, p. 478).

Dinis explica ainda que inclusão no debate sobre diversidade sexual se deu durante a década de 1970, nos Estados Unidos, graças à grupos de feministas e grupos gays e lésbicos. Aqui no Brasil, Dinis explica que a guinada pelos estudos de gênero começou nos anos 1990. “Desde então, pesquisadoras/es da área da Educação, têm debatido temas como gênero e sexualidade a partir de uma visão culturalista, rompendo com o paradigma biologizante predominante” (2008, p. 479).

Para aumentar as discussões de gênero em sala de aula, é importante observar a forma em que a sociedade trata do assunto e como as diferentes culturas lidam com o corpo masculino e feminino, e também os comportamentos aceitáveis e inaceitáveis impostos pela sociedade.

⁶ Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/apos-12-dias-mec-altera-portaria-para-retirar-palavra-genero-de-comite.html>> Acesso em 18 abr. 2016.

A discussão sobre o papel feminino/masculino que o ser humano desempenha na sociedade está representada em torno de representações de gênero presentes no nosso dia a dia, como em brinquedos, roupas, brincadeiras e programas de tv, por exemplo. Quem nunca ouviu do pai ou mãe a famosa frase “Isso é coisa de menina” ou então “rosa é pra menina”. Wyllys (2014, p. 23) comenta sobre isso, em seu livro.

Adorava as atividades das meninas porque elas tinham tudo a ver com meu gosto por música, formas, cores e texturas, e com minha disposição para o afeto, o toque e a comunhão. De alguma forma, combinavam com minha ojeriza à brutalidade e à violência. No entanto, não podia ficar entre elas sem que um adulto me reprimisse. As mulheres eram as primeiras a me repreender e eram até mais cruéis que os homens nessa tarefa. “Por que elas deixam de ser legais quando crescem?”, perguntava-me. Cresci assim, debatendo-me contra a norma e a disciplina. E, já homem-feito, descobri que nem todas as mulheres deixam de ser legais quando adultas.

Wyllys retrata em sua obra, tudo o que sofreu devido a convivência em uma sociedade heteronormativa. A heteronormatividade, “ou seja, a reiteração da heterossexualidade obrigatória” (LOURO, 2007, p. 67), está fortemente presente na sociedade brasileira. Louro explica que em nossa cultura esse processo “é exercido de modo mais intenso ou mais visível em relação ao gênero masculino. Desde os primeiros anos de infância, os meninos são alvo de uma especialíssima atenção na construção de uma sexualidade heterossexual” (2007, p. 67).

Dentro do conceito de gênero há a questão de orientação sexual. Trabalhar temas como hétero, homo e bissexualidade com jovens se faz importante no ambiente escolar.

[...] Ao apontar a construção histórico-cultural das identidades sexuais e de gênero, o/a professor/a pode auxiliar a/o educanda/o a descobrir os limites e possibilidades impostas a cada indivíduo quando se submete aos estereótipos que são atribuídos a uma identidade sexual e de gênero. E isso parte exatamente na direção oposta à determinada abordagem da questão homossexual realizada pelos veículos midiáticos na produção de uma “naturalização” do sujeito homossexual (DINIS, 2008, p.484).

Felipe (2007, p. 83), explica a importância de pesquisas sobre o tema, especialmente para os professores que trabalham o assunto em sala de aula:

Tais pesquisas ajudam a pensar na importância de problematizar as inúmeras desigualdades existentes no âmbito das identidades de gênero e das identidades sexuais, presentes em diversas instâncias sociais, inclusive na escola. Desse modo, compete aos/as professores/as desenvolver um olhar mais crítico em torno dessas temáticas, examinando com atenção os diversos artefatos culturais disponibilizados às crianças.

É importante destacar que uma boa saída para a problematização da discussão de gênero em sala de aula, seja a formação de professores, desde a universidade, passando por cursos de capacitação específico, promovido por governos municipais, estaduais e federal, e o desenvolvimento de pesquisas sobre a interface gênero-sexualidade (FELIPE, 2007).

5 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo se divide em dois subcapítulos e traz os resultados da pesquisa de campo realizada nos meses de maio e junho de 2016, utilizando como instrumentos de coleta de dados questionários estruturados destinados a uma amostra de alunos constituída de 100 depoentes de diferentes cursos de uma instituição de ensino superior, selecionados aleatoriamente por acessibilidade, bem como entrevistas do tipo semiestruturada direcionadas a duas professoras dessa mesma instituição.

5.1 A PERCEPÇÃO DO PÚBLICO NA IES PESQUISADA

O questionário estruturado trouxe 17 itens a serem respondidos somente com uma alternativa de resposta. O primeiro item questionou o gênero do estudante: 57% dos alunos responderam ser do gênero feminino, enquanto 43% responderam masculino. Nenhum aluno respondeu ser de outro gênero.

Quando questionados sobre a afirmativa “Os professores abordam o tema ‘identidade de gênero’ com frequência”, 42% responderam concordando total ou parcialmente com a afirmação, enquanto 52% discordaram parcial, ou totalmente. Outros 8% não souberam responder. Uma das professoras entrevistadas, que leciona a disciplina Psicologia Jurídica, disse que costuma dedicar até duas aulas para falar sobre o tema. Já outra professora, que leciona Fundamentos das Ciências Sociais, disse que não se aprofunda muito no assunto. “Ficamos no básico de identidade de gênero dentro do etnocentrismo e da diversidade cultural”, disse.

Ao perguntar se a intersexualidade deve ser tratada como doença, mais de 75% dos estudantes se mostraram parcial ou totalmente contrários à ideia, indo ao encontro do que a autora Jaqueline de Jesus afirma:

O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais (JESUS, 2012, p.25).

Sobre o grau de informação a respeito dos LGBT's, um dado curioso: 51% discordaram totalmente da afirmativa “Não há diferenças entre pessoas LGBT. Todos são homossexuais”, ao passo que 29% concordaram total ou parcialmente da afirmativa. 7% concordaram totalmente e 13% não souberam responder.

Isso mostra que apesar da pouca percepção, os estudantes sabem que integram o grupo LGBT pessoas com características diferentes, seja pela orientação sexual, seja pelo gênero. De acordo com a professora de psicologia jurídica entrevistada, os alunos têm pouca percepção sobre os LGBT's:

Eles não conhecem a sigla, não sabem diferenciá-las. Nas aulas de direitos abordamos o conceito de 'homoafetivo', uma vez que tratamos da afetividade, e os alunos indagam se não é mais homossexual, e explico que sim, é homossexual, em relação ao sexo, mas as relações são afetivas, e eles têm uma dificuldade muito grande de reconhecerem, parece estranho pra eles.

Quando questionados se uma pessoa transexual pode ser heterossexual, um outro resultado interessante: 55% dos entrevistados concordaram total ou parcialmente. Um grande número - cerca de 36% - não soube responder, enquanto 9% do estudantes discordaram da afirmativa. Para Jesus, a afirmativa se aplica na sociedade. A autora cita, inclusive um exemplo, “[...] mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros; homens transexuais que se atraem por mulheres também o são”.

Autores como Guaciara Lopes Louro defendem a tese de que o gênero é uma construção social. A maioria dos estudantes que respondeu ao questionário, parece concordar com a tese: 71% dos alunos disseram concordar total ou parcialmente, ao passo que 25% discordaram e 4% não souberam responder.

Sobre pessoas transgênero e travestis, a maior parte dos estudantes concordam com a afirmação de que o grupo em questão está pré-condicionado à marginalidade e exclusão na sociedade. Mais de 90% dos estudantes concordaram com tal afirmação. A professora de psicologia jurídica trata do assunto no âmbito dos direitos pertencentes a esse grupo. “Eu falo sobre identificação de registro civil, nome social, cirurgia de mudança de sexo, e os alunos ficam bastante intrigados. Às vezes percebo movimentos bem preconceituosos, mas digo que precisamos ter respeito pelo outro”, informou.

As professoras da instituição percebem uma minoria preconceituosa no ambiente acadêmico. A professora de ciências sociais explica que ao abordar o tema em sala de aula, sempre há uma minoria que recebe tudo com certa dificuldade, que esses alunos vêm com valores oriundos de casa, ou de religião, mas que a professora consegue contornar o preconceito com informações científicas.

Quando perguntados sobre o modelo binário (dois sexos/dois gêneros), 65% dos estudantes concordam total ou parcialmente que o modelo não se aplica mais na sociedade, enquanto 33% discordaram. A professora de psicologia jurídica concorda com a afirmativa. “Eu não sei nem por que existe isso atualmente. Na antiguidade isso não existia, todo mundo fazia o que queria, se comportava da forma que queria e era bem respeitado. Eu sou a favor, inclusive, de um banheiro só, independente de gênero”, concluiu.

A autora Fernanda Alegretti traz em seu texto um relato sobre o modelo binário. Segundo Allegretti (2016, p.66), a especialista no assunto, Sam Bourcier, diz que o binarismo acabou. “A teoria de Bourcier sustenta que a sexualidade é fluida e que as preferências nessa área podem mudar ao longo da vida”.

Sobre a questão do uso do gênero neutro, ambas as professoras concordaram que é preciso mais que uma letra para mudar o conceito de identidade de gênero na sociedade:

Eu penso que mudar uma letra não faz muita diferença. É preciso mudar antes a cabeça das pessoas. Quanto menos norma e mais esclarecimento, a gente reflete mais. Eu até concordo que o movimento vá pra escola, desde que o aluno entenda que isso existe por uma luta social.

Entre os alunos também não há aceitação dessa nova nomenclatura, em virtude de não concordarem com a afirmativa “O uso do gênero neutro para palavras, como menino e amigxs, deve ser incentivado na sociedade”. 63% dos entrevistados discordam total ou parcialmente, enquanto 34% concordam.

No que se refere à heteronormatividade, 78% dos estudantes concordam com a afirmação de que a sociedade é heteronormativa, ou seja, que a sociedade reitera a heterossexualidade como algo obrigatório, ao contrário de 15% que discordam parcialmente, sem nenhuma pessoa discordar totalmente, e 7% não sabem responder.

Sobre o incentivo e apoio dos professores e da instituição para a discussão do tema, obteve-se resultados parecidos: 87% dos alunos concordaram total ou parcialmente sobre o incentivo dos professores e 85% concordaram sobre o apoio da instituição, inclusive com uma possível criação de um grupo de pesquisas sobre o tema.

Ambas as professoras concordaram que a instituição dá um grande apoio e liberdade para tratar sobre o tema. A professora de ciências sociais explicou que isso é um dos fatores positivos da instituição, a liberdade que os professores têm para tratar desse e outros temas. A professora de psicologia jurídica também falou sobre a situação:

Os programas de ensino são nacionalizados, então teoricamente todos os professores, de todas as unidades, têm que falar sobre o tema, já que o mesmo consta no conteúdo da disciplina. A instituição contribui com palestras eventos culturais, vídeos. Nós temos várias atividades voltadas ao tema.

Diante das respostas de estudantes e professoras, fica a dúvida: afinal, existe no ambiente acadêmico tolerância ou preconceito para com as questões voltadas à identidade de gêneros?

5.2 AFINAL, TOLERÂNCIA OU PRECONCEITO?

Quando indagados se concordam com a afirmativa “Existe preconceito dos estudantes em relação ao tema ‘identidade de gênero’, quando discutido em sala de aula”, 76% dos alunos concordaram total ou parcialmente com a afirmação, e 24% discordaram. As professoras entrevistadas concordam que apesar de raramente manifestado, o preconceito continua existindo dentro do ambiente acadêmico, mas em menor número. “É preciso deixar claro que não são todos os estudantes que discriminam o tema. Muitos alunos, inclusive rechaçam o preconceito dos colegas”, declarou a professora de psicologia jurídica.

Sobre a discussão do tema no ambiente acadêmico, Felipe traz uma definição:

Para ampliar as discussões em torno do gênero e da sexualidade no espaço escolar, é fundamental observar de que forma, na nossa cultura e em outras também, os vários grupos sociais elaboram minuciosas estratégias de controle sobre os corpos masculinos e femininos, criando expectativas em torno deles, estabelecendo padrões de comportamento aceitáveis ou inaceitáveis, categorizando-os como normais ou anormais, imputando-lhes tratamentos, terapias, vigilâncias, castigos, torturas ou mesmo a morte (2007, p. 80).

A professora de psicologia jurídica disse que sempre há certa dificuldade em tratar do tema em sala de aula:

Precisamos desmistificar, na cabeça dos alunos, os conceitos de gênero e identidade de gênero. As vezes, explicar para um aluno que um travesti é diferente de um transexual, ou que um transexual não necessariamente é homossexual, é um surto. Parece acabar com a bolha em que eles vivem”.

Em relação à discriminação de pessoas LGBT’s no ambiente acadêmico, 72% dos alunos concordam total ou parcialmente com a afirmativa “as pessoas LGBT’s também sofrem discriminação no ambiente acadêmico”, ao passo que 23% discordam. As duas professoras entrevistadas concordam, e inclusive percebem alunos LGBT’s estigmatizados. “Você consegue perceber, até andando pelos

corredores, você vê um transgênero andando e as pessoas saindo de perto, ou cochichando logo após ele passar e outras coisas do tipo”, declarou a professora de psicologia jurídica.

Ambas as professoras concordaram sobre o motivo que caracteriza todo esse estigma: Trata-se de representações sociais e herança cultural. “A herança cultural é um viés muito forte, ainda mais em alunos de primeiro período, que acabaram de sair do ensino médio e vêm com uma ideologia já pronta”, apontou a professora de ciências sociais.

Para Goffman, o estigma é resultado do que classificamos como estranho. “Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros [...]. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída” (2004, p. 6).

Os estudantes questionados parecem concordar com as professoras. Na questão sobre os motivos que levam alunos a agirem com preconceito sobre a diversidade de gêneros existente na sociedade, 45% indicaram motivos culturais, como religião e criação familiar, enquanto 17% responderam falta de informação e 32% citaram todas as alternativas, incluindo ódio sobre um grupo de indivíduos e sociedade machista e heteronormativa. 3% informaram não ser nenhuma das alternativas, já 3% indicaram as outras alternativas.

Quando questionados sobre o grau de tolerância para a diversidade de gêneros no ambiente acadêmico ser maior, se comparado com outros setores na sociedade, 78% dos alunos concordaram com a afirmativa, ao passo que 22% discordaram. As professoras entrevistadas pensam o mesmo. Segundo a professora de ciências sociais:

A universidade já é pensada para você refletir sobre sua condição humana, independente dos valores arcaicos que o aluno traz da família e religião. Na universidade, o aluno se envolve em vários assuntos e se esquece, um pouco, do senso comum, se concentrando no conhecimento científico e isso

os leva à tolerância e ao entendimento do outro ser diferente, não precisando necessariamente concordar ou ser como o outro.

Ainda sobre o grau de tolerância no ambiente acadêmico, a professora de ciências sociais concorda que houve um avanço, com o passar do tempo. “Eu percebo que estamos avançando. Não existe mais tanto preconceito como há dez anos, onde muitos transgêneros e homossexuais tinham que se esconder para serem aceitos”, declarou a professora.

A professora de psicologia jurídica também comentou sobre o nível de tolerância no ambiente acadêmico. “Dentro da instituição, há um acolhimento muito bacana, e às vezes percebo pessoas preconceituosas serem deixadas de lado. Há algo que impede o preconceito, não sei se é mais tolerância, respeito ou até mesmo o medo de expor o preconceito”, declarou.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um indivíduo nem sempre se identifica com o gênero com qual nasceu. Nota-se que o gênero de uma pessoa não pode ser definido por apenas duas classificações (masculino/feminino), uma vez que o gênero é mutável, e se adequa à sociedade e cultura à qual o indivíduo está inserido.

Diante de uma sociedade heteronormativa, acostumada com pessoas cisgênero, transexuais e travestis, homossexuais, bissexuais e intersexuais são estigmatizados e pré-condicionados à marginalidade. É comum ver esse grupo de indivíduos ser marginalizado pela sociedade, exposto à prostituição e tráfico de drogas, muitas vezes após ser humilhado e expulso de casa pelos próprios pais.

No ambiente acadêmico, nota-se a necessidade cada vez maior de políticas públicas voltadas para a visibilidade de minorias, incluindo pessoas LGBT. É preciso acabar com legislações segregadoras influenciadas, no Ministério da Educação, por políticos conservadores e religiosos. É importante mostrar aos estudantes, desde cedo, que uma sociedade moderna se constrói com diferentes culturas, sexos,

religiões e gêneros, e uma boa medida para iniciar essas políticas públicas é a capacitação de professores.

Concluindo, a pesquisa trouxe um claro entendimento de que, apesar de uma maior tolerância no meio acadêmico, o preconceito para com a diversidade de gênero continua existindo neste ambiente, em menor grau, é claro, se comparado a outros setores da sociedade. Além disso, vê-se que a grande maioria dos estudantes não sabe diferenciar pessoas cisgênero de transgênero, ou boa parte dos alunos fica em dúvida se pessoas transgênero podem ser heterossexuais. Constata-se que, parte do preconceito vem de pessoas que têm pouco embasamento sobre o assunto, gerando desinformação e por isso sendo guiadas pelo senso comum e doutrinas religiosas, como mostra a pesquisa feita com os estudantes e as entrevistas com as professoras.

Não há como deixar de lado o fato que há muita coisa a ser feita, como aponta autores consultados para esse trabalho. É preciso trabalhar, desde idade mínima, no ambiente escolar, para que essas crianças cresçam mais cidadãs e aprendam a respeitar toda a diversidade de gênero que compõem a sociedade atual. O gênero é uma construção social, que sofre mudanças com o passar do tempo, e é essencial que crianças sejam ensinadas, desde muito cedo, que essas mudanças se fazem necessárias.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Fernanda. Amigues para sempre. **Veja**, São Paulo, n. 7, ano 49, 17 fev. 2016.

ANJOS, G. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 4, ano 2, p. 274-305, jul/dez. 2000. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11.pdf> >. Acesso em 09 mar. 2016.

BANDEIRA, L. M.; BATISTA, Analia. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Estudos Feministas**, [online], vol.10, n.1, p.119-141, 2002. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11632.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2016.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da metodologia Científica**. 3. Ed. São Paulo: Makron, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Ambiguidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

DINIS, N. F. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, mai/ago. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 14 mar. 2016.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Proposições**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 77-87, mai/ago. 2007. Disponível em <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/53-dossie-felipej.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Título Original: Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

HOEBEL, E. A.; FROST, E. L. **Antropologia Cultural e Social**. São Paulo: Cultrix, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos**. Disponível em <<https://www.sertao.ufg.br/up/>>. Acesso em 09 mar. 2016.

LOUREIRO, G.; VIEIRA, H. Gênero: Tudo que você sabe está errado. **Galileu**, São Paulo, ed. 292, nov. 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com>>. Acesso em 14 mar. 2016.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

OLIVEIRA, P. C. **A importância do ensino sobre questões de gênero na educação**. Disponível em <<http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%200Claudia.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2016.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. Survey research in management information systems: an assesment. **Journal of Management Information System**, New York, v. 10, l. 2, p. 75-105, set. 1993.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

WYLLYS, Jean. **Tempo bom, tempo ruim: identidades, políticas e afetos**. São Paulo: Paralela, 2014.